

## CONTRA A SELEÇÃO DE ARGUMENTOS PELAS RAÍZES: NOMINALIZAÇÕES E VERBOS COMPLEXOS

Indaiá de Santana Bassani<sup>1</sup>

Rafael Dias Minussi<sup>1</sup>

indaia.bassani@unifesp.br

rafael.minussi@unifesp.br

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo discutir as seguintes questões sobre a natureza das raízes na teoria da Morfologia Distribuída: (i) as raízes já são individualizadas na Lista 1? e (ii) as raízes são capazes de selecionar/licenciar argumentos? Ao longo do artigo, assumimos que as raízes são individualizadas na Lista 1, em relação à primeira questão, mas trazemos uma série de evidências empíricas translinguísticas, com especial atenção para as nominalizações do hebraico e para a formação de verbos complexos do português brasileiro para defender que as raízes não fazem nenhum tipo de seleção de argumentos, contra Harley (2014), entre outros autores. Tais dados nos levam a concluir que as raízes não contêm nenhuma informação sobre grade argumental ou subcategorização na Lista 1, apesar de individualizadas. Em um nível teórico, argumentamos que o licenciamento de argumentos internos se dá pela mediação de por núcleos funcionais, que podem ser realizados fonologicamente como categorizadores, prefixos ou partículas, por exemplo.

**PALAVRAS-CHAVE:** estrutura argumental; raízes; nominalizações; verbos complexos.

### 1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS<sup>2</sup>

Dentre as discussões mais importantes sobre a capacidade linguística e a arquitetura da gramática no quadro da Gramática Gerativa se encontra aquela que busca definir os primitivos envolvidos na formação de unidades linguísticas maiores. A unidade lexical mínima assumida nesse processo varia de acordo com a visão de léxico adotada pelo analista. Para a derivação de palavras pelo componente sintático, há linhas que sugerem que é o radical a unidade mínima (uma vez que ao radical são acrescentadas as flexões), outras assumem a palavra como primitivo (cf. Hale e Keyser 1993) e, outras, ainda, consideram que a raiz deve ser

---

<sup>1</sup> Departamento de Letras - Área de Estudos da Linguagem - Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

<sup>2</sup> Agradecemos os comentários valiosos dos dois pareceristas, os quais deixaram o texto mais rico e claro. Questões apontadas e que não puderam ser discutidas em sua totalidade neste artigo serão certamente abordadas em nossos trabalhos futuros. Os possíveis erros que ainda restaram são de nossa responsabilidade.

tomada como material inicial. Pertencendo a esta última linha de investigação, este trabalho tem como objeto empírico o estudo das raízes nas línguas naturais e traz como discussão teórica a estatuto do conceito de raiz para a teoria em que se insere, a Morfologia Distribuída (doravante MD) (cf. Halle; Marantz, 1993 e Marantz, 1997).

A MD não prevê a existência de um léxico gerativo, e um de seus pressupostos é o de que tanto palavras quanto sentenças são formadas durante a derivação sintática, ou seja, estão sujeitas aos mesmos princípios e às mesmas operações que guiam a formação de sentenças, como: *merge*, *move*, etc. Sendo assim, não há entradas lexicais formadas ao início da derivação. A sintaxe é alimentada por elementos primitivos contidos na Lista 1.

Essa lista, que na Figura 1, abaixo, contém raízes e traços morfossintáticos, os quais serão definidos posteriormente. Ainda na Figura 1, podemos notar uma bifurcação ao fim da derivação sintática, cujo resultado é enviado para a Forma Lógica (LF) e para a Forma Fonológica (PF). No chamado caminho para a Forma Fonológica, operações morfológicas como fusão, fissão e empobrecimento podem ocorrer antes da *Inserção de Vocabulário*. É neste momento que as formas com conteúdo abstrato recebem conteúdo fonológico, o qual está contido em uma segunda lista também chamada de *Vocabulário*.

Há também uma terceira Lista, chamada de *Enciclopédia*, a qual contém o conhecimento de mundo, i.e., o conhecimento extralinguístico, que varia de comunidade para comunidade de falantes e, em menor escala, entre falantes. Esse conhecimento, portanto, deve ser aprendido. Vejamos a estrutura da gramática proposta pela MD.

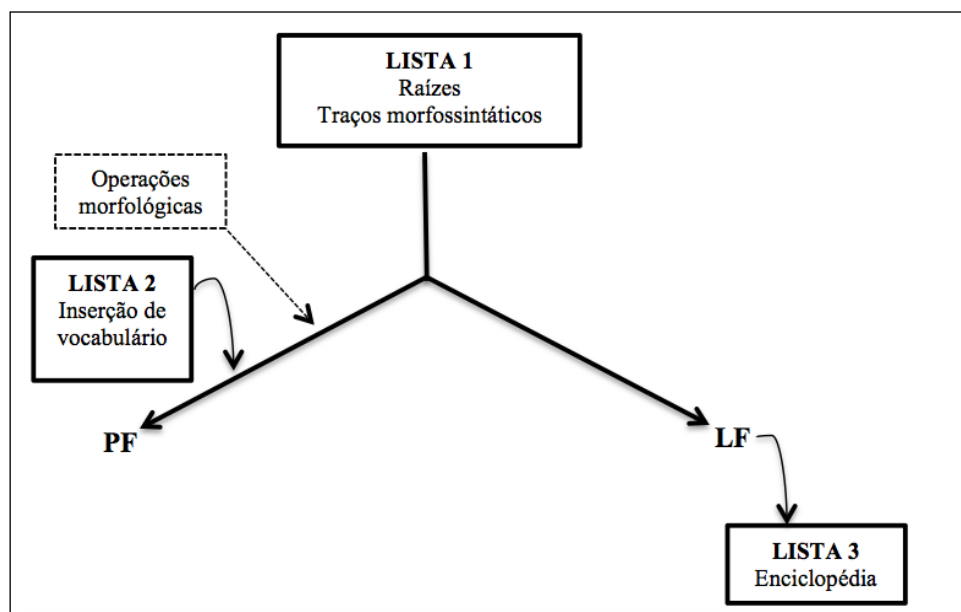


Figura 1: Arquitetura da Gramática proposta pela MD

Este trabalho tem como foco as raízes contidas na Lista 1. Segundo os pressupostos da MD (Halle; Marantz, 1993), é ponto pacífico a ideia de que as raízes não possuem inicialmente categoria, mas podem e devem ser categorizadas por núcleos funcionais de natureza nominal (*n* ou *a*), ou verbal (*v*) durante a derivação sintática. Assim, conseqüentemente, uma mesma raiz pode se transformar em nome, adjetivo ou em verbo.

Mais especificamente, a principal questão relacionada às raízes que será tratada neste artigo diz respeito à (falta de) capacidade de uma raiz para a seleção de argumentos. Autores como Marantz (1997), Embick (2004), Harley (2008, 2014), entre outros, atribuem às raízes a capacidade de selecionar argumentos internos. Assumindo uma posição diferente, apresentaremos evidências a partir das nominalizações da língua hebraica e da formação de verbos complexos do português brasileiro (PB) para mostrar que as raízes não podem, e não precisam, selecionar argumentos. É justamente o fato de não selecionar argumentos que explica sua distribuição em diversos contextos. Além disso, apresentamos mais evidências translinguísticas levantadas por outros autores.

Antes, no entanto, de argumentarmos contra a seleção de argumentos pelas raízes, temos de discutir que tipo de informação pode ser encontrada nas raízes. Dessa forma, discutiremos nas próximas seções as seguintes questões correntes na literatura relevante:

- i. As raízes podem ser individualizadas na Lista 1?*
- ii. As raízes selecionam argumentos internos?*

## **2. A INDIVIDUALIZAÇÃO DAS RAÍZES**

Há uma discussão bastante importante sobre as raízes na MD que divide os estudiosos entre pelo menos três hipóteses.

A **primeira hipótese** é a de que as raízes são individualizadas na Lista 1 e, portanto, possuem algum tipo de informação (semântica ou fonológica, por exemplo) previamente e durante a derivação sintática. Harley (2014) faz uma longa discussão dessa hipótese e defende que as raízes devem ser individualizadas já na Lista 1. Contudo, tal individualização não pode se dar nem através da fonologia, nem através da semântica.

Diferentemente, autores como Borer (2003, 2013) e Embick (2010) defendem que as raízes têm conteúdo fonológico na Lista 1. Desse modo, as raízes, diferentemente dos

morfemas abstratos, não passariam pelo processo de inserção de material fonológico no caminho para PF.

Um possível problema para essa abordagem seriam raízes supletivas. Harley (2014) considera uma gama de dados através das línguas mostrando que existe supleção de itens lexicais, que não pode ser considerada supleção do mesmo tipo em que há nas categorias funcionais. Com base no trabalho de Vaselineva (2003), a autora destaca alguns verbos como *catch*, *hear*, *drink* e *wake up*, entre outros, os quais parecem não se tratar de núcleos funcionais<sup>3</sup>. Em Hiake, fica claro que a supleção de um dado verbo não é sensível ao fato de o verbo poder ser leve, pois a supleção ocorre também quando o verbo é o principal da sentença. Para a autora, trata-se de uma competição dos expoentes fonológicos de uma  $\sqrt{\quad}$  para uma posição de  $\sqrt{\quad}$ .

- (1) a)  $\sqrt{\text{RUN}}$  ↔ /tenne/ / [DP<sub>pl</sub>\_\_\_\_]  
b)  $\sqrt{\text{RUN}}$  ↔ /vuite/ Elsewhere

Em suma, para Harley (2014), o critério de individuação das raízes na Lista 1 não pode ser fonológico. A existência de competição para raízes supletivas prova que nós terminais de raízes estão sujeitos à inserção tardia, assim como qualquer nó terminal. Com base em Marantz (1996) e contra Borer (2003, 2013), a autora afirma que não pode ser o caso de que elementos da Lista 1 sejam especificados para conteúdo fonológico, como  $\sqrt{\text{kaet}}$ .

Seguindo a argumentação, a próxima questão tratada por Harley (2014) se refere à individualização das raízes na Lista 1 com base na informação semântica/conceitual. A autora defende que tais raízes não podem ser individualizadas por sua semântica. Desse modo, faz-se necessário estabelecer que há raízes cuja interpretação semântica não é identificável antes de sua presença em um contexto morfossintático.

Um exemplo do tipo de semântica que pode estar presente nas raízes é fornecido por meio das raízes consonantais do hebraico, as quais são entidades morfológicas individualizadas, mas carregam pouco ou nenhum significado relacionado a elas. Arad (2005), por exemplo, faz uma defesa em favor de um significado conceitual carregado por muitas raízes e que está presente nas palavras derivadas a partir de uma mesma raiz. No entanto, o significado das raízes pode ser múltiplo, segundo a autora, e seu significado final é negociado

---

<sup>3</sup> Casos de supleção como, por exemplo: *go-went* ‘ir-ir.passado’ e *person-people* ‘pessoa-pessoa.pl’, são para Marantz (1996) realizações de categorias funcionais, tais como *v*, *a* ou *n*, em vez de realizações de nós terminais de raízes.

com o primeiro categorizador concatenado à raiz. Uma vez que a raiz tenha se concatenado ao categorizador, o significado aí criado permanece nas demais concatenações<sup>4</sup>.

Voltando à argumentação de Harley, o hebraico é utilizado para mostrar que uma mesma raiz consonantal possui significados tão distantes, que é difícil manter a ideia de que essa mesma raiz contenha algum significado. Para ilustrar este fato, podemos tomar o exemplo de Aronoff (2007) por meio da raiz  $\sqrt{kbj}$ , a qual pode derivar *kvijf* ‘estrada pavimentada’, *kviša* ‘compressão’, *kavaš* ‘conquistar’, *mexubaš* ‘pressionado’, etc. Segundo Harley, a gama de significados gerados é ampla, impossibilitando delimitar um conteúdo comum, o qual estaria contido na raiz.

Casos análogos podem ser encontrados no inglês e, também em línguas como português. Há algumas raízes que podem ser identificadas como elementos morfológicos, mas que são destituídas de significado fora de seu contexto morfossintático. Vejamos alguns exemplos:

- (2) a) *-ceive*  
*deceive* ‘enganar’, *receive* ‘receber’, *conceive* ‘conceber’, *perceive* ‘perceber’
- b) *-port*  
*comport* ‘comportar’, *deport* ‘deportar’, *report* ‘reportar’, *import* ‘importar’, *support* ‘suportar’.
- c) *-gred*  
agredir, regredir, progredir, transgredir

Embora não seja, em tese, possível determinar sua natureza semântica, esses elementos são facilmente diagnosticados como raízes do inglês, ou do português. Harley ressalta que além da identidade fonológica, elas apresentam alomorfias contextuais e impõem restrições em relação aos sufixos que as acompanham:

- (3) a) *-ceive* → *-cept + íon*  
*deception* ‘decepção’, *reception* ‘recepção’, *conception* ‘concepção’,  
*perception* ‘percepção’.

---

<sup>4</sup> Essa primeira concatenação da raiz ao categorizador que pode ser *v*, *a* ou *n* é conhecida como fase dentro da palavra. Para maiores detalhes veja a teoria de fase delineada em Marantz (2001, 2007, 2013). Para outra versão da teoria de fase em palavras veja Embick (2010). Para maiores argumentos em favor de um significado presente nas raízes veja Rocha (2008) e Minussi (2009).

- b) *-pose* → *-pos +ition* ( não *-ation* ou *-ion*)  
*composition* ‘composição’, *supposition* ‘suposição’, *proposition* ‘proposição’,  
*deposition* ‘deposição’

Segundo a ideia defendida no trabalho, raízes como as apresentadas em (2) e (3) não podem ser individualizadas por meio da semântica, uma vez que não é possível dizer que conteúdo semântico elas possuem. Contudo, percebemos que a alomorfia pode ser mais bem explicada se tomarmos que essas palavras provêm de fato da mesma raiz, ou a relação entre o contexto de ocorrência das alomorfias e as palavras se tornaria um mistério.

Para Harley, uma vez que precisamos tanto um de contexto morfossintático para definir a fonologia de uma raiz quanto para definir sua interpretação, não podemos usar essas propriedades para a individualização. Em resumo, as raízes são morfemas abstratos individualizados, mas não há uma raiz como  $\sqrt{\text{RUN}}$ , com um conceito específico na Lista 1<sup>5</sup>.

Como, então, na visão da autora é dada a individualização de uma raiz na Lista 1? Para Harley (2014), as raízes são individualizadas na computação sintática e podem ser identificadas usando uma notação de índices, como as propostas por Pfau (2009) e Acquaviva (2009). A competição de IV pode ser definida, por exemplo, com base nesses índices<sup>6</sup>. Tais raízes, portanto, estão contidas na Lista 1 e podem ser notadas como  $\sqrt{279}$ ,  $\sqrt{322}$ ,  $\sqrt{2588}$ , etc.

A **segunda hipótese** é a de que as raízes não possuem nenhum conteúdo, ou seja, são um tipo de *placeholder* que apenas tomará algum conteúdo no momento da inserção de vocabulário e será interpretada ao fim da derivação. Trabalhos como Marantz (1996) defendem que não há diferença em saber qual é a raiz que está sendo derivada para a formação de uma palavra ou de uma sentença. Nesse sentido, a raiz é um *placeholder* manipulado pela sintaxe, ou seja, para a sintaxe, não faz diferença se o que está sendo manipulado é uma raiz como  $\sqrt{\text{CAT}}$  ou como  $\sqrt{\text{DOG}}$ , por exemplo. Assim sendo, as raízes não poderiam competir para inserção de vocabulário, de modo que a inserção de material fonológico é definida por uma escolha do falante, diferente do que ocorre na competição para inserção de itens de vocabulário em morfemas abstratos (cf. Harley; Noyer, 1999).

---

<sup>5</sup> Essa é uma visão bastante particular da autora. Em nossa visão, os casos tratados por Harley (2014) podem ser exceções frente ao mar de derivações em que podemos encontrar uma ligação semântica entre as palavras que derivam de uma mesma raiz com fortes evidências estruturais (cf. Minussi; Bassani, em preparação). Dessa forma, manteremos ao menos a dúvida sobre o conteúdo semântico das raízes.

<sup>6</sup> Para uma competição para inserção fonológicas das raízes com base no conteúdo semântico veja Minussi (2009).

Essa hipótese, portanto, defende que a sintaxe não deve enxergar elementos ou propriedades que não causem nenhum efeito na formação das palavras ou das sentenças. Contudo, para nós, não parece correto dizer que o conteúdo semântico das raízes não existe<sup>7</sup> apenas porque a sintaxe não necessita desse tipo de propriedade para seu funcionamento.

A **terceira hipótese** propõe que os nós das raízes são epifenômenos derivados a partir de propriedades especiais da primeira operação de *Merge* numa dada derivação. De Belder; Van Craenbroeck (2011) propõem que as propriedades das raízes são derivadas a partir de propriedades independentes da computação sintática. Os autores defendem um axioma para raízes, segundo o qual: (i) raízes não possuem traços gramaticais; (ii) não possuem categoria sintática; (iii) são definidas estruturalmente, não lexicalmente; (iv) são concatenadas mais abaixo do que o material funcional.

Seguindo as propostas de Chomsky (a partir de 1995), as instâncias de *merge*, exceto o primeiro, envolvem um único elemento da numeração que se concatena com uma entidade que já está no espaço computacional. Contudo, no momento do primeiro *merge*, não há nenhum elemento no espaço computacional. Desse modo, Chomsky propõe que neste caso dois elementos são tirados da numeração e concatenados. De Belder; Van Craenbroeck (2011) observam que isso dá à operação de primeiro *merge*<sup>8</sup> uma característica diferente de qualquer outra e propõem que, na verdade, essa operação de primeiro *merge* envolva um único elemento retirado da numeração e concatenado com um conjunto (do inglês *set*) vazio, representando um espaço de trabalho vazio<sup>9</sup>. O vazio maximamente resultante, um nó completamente sem traços, é o lugar da inserção de raiz. Esse nó vazio, um *byproduct* da operação de *merge*, é cooptado a servir como interface entre o componente da sintaxe restrita (*narrow syntax*) e o sistema cognitivo amplo. Assim, não há feixes de traços de raiz na Lista 1 e conseqüentemente não há raízes situadas na numeração, aguardando inserção. Em vez disso, a Lista 1 é composta inteiramente de elementos funcionais. O enfoque dos autores tem por

---

<sup>7</sup> Algumas evidências, como as encontradas nos exemplos (2) e (3), incluindo dados do PB (como *progredir*, *regredir*, *agredir*, etc.) serão discutidas em Minussi e Bassani (em preparação).

<sup>8</sup> Também sobre o primeiro *merge*, há a proposta de Nóbrega (2014). Neste trabalho, o autor discute o primeiro *merge* e argumenta que a raiz, para se concatenar a outro elemento, seja um núcleo categorizado, seja uma outra raiz, precisa estar visível na computação sintática, o que se dá por meio de um único traço presente na raiz, um traço de borda R não-valorado [*uR*:\_\_] que poderá ser valorado apenas por um traço de borda R interpretável e valorado como *n*, *v* ou *a*.

<sup>9</sup> Um parecerista anônimo nos trouxe uma discussão bastante interessante e enriquecedora sobre o primeiro *merge*, mostrando que a proposta de primeiro *merge*, que envolve a concatenação com um conjunto vazio, acaba sendo muito parecida com a proposta de Chomsky (1995), pois, para que ela funcione é preciso: (i) reconhecer o elemento vazio (seja lexical ou sincategoremático) como algo que satisfaz a definição de “objeto sintático” e (ii) esse elemento vazio precisa estar no espaço computacional para ser combinado com o “primeiro item”. Além disso, há a sugestão de propostas alternativas para o primeiro *merge* como as de Adger (2013), Kayne (2008) e Guimarães (2000).

consequência que os nós das raízes nunca podem projetar, ou tomar complementos. Todas as projeções frasais são projeções de elementos funcionais.

Em resumo, duas das três abordagens descritas acima assumem que deve haver uma individualização das raízes ainda na Lista 1, sem, contudo, definir se há algum tipo de informação argumental presente nesses elementos. Na próxima subseção, pressupondo juntamente as abordagens que assumem a individualização das raízes na Lista 1, discutiremos a relação das raízes com a estrutura argumental.

### 3. ESTRUTURA ARGUMENTAL NAS RAÍZES: ARGUMENTOS EMPÍRICOS

#### 3.1 A FAVOR DE RAÍZES COM PROPRIEDADES SELECIONAIS

Como já dissemos no início deste artigo, dentro da MD, há aqueles que defendem, seja diretamente ou indiretamente, que as raízes são capazes de selecionar os argumentos internos (Marantz, 1997; Embick, 2004; Harley, 2008, 2014, entre outros) e aqueles defendem que as raízes não possuem tal capacidade de seleção. Daremos destaque, nesta seção, ao trabalho de Harley (2014), por ser um dos mais recentes<sup>10</sup>.

Um dos fatos destacados por Harley (2014), que sugere a interação das raízes com seus complementos, envolve o desencadeamento da supleção de raízes na língua Hiaki, onde a marcação de número de um dos argumentos do verbo condiciona a escolha da raiz. Essa supleção, em Hiaki e em outras línguas Uto-Aztecan com verbos supletivos, segundo a autora, segue uma distribuição ergativa-absolutiva: os verbos intransitivos são condicionados pela marcação de número em seus argumentos sujeitos (seus únicos argumentos), enquanto verbos supletivos transitivos são condicionados pela marcação de número em seu argumento objeto. Vejamos os dados:

(4) Supleção verbal em Hiaki: Intransitivos controlados pelo número do sujeito

a)	Aapo	weye	b)	Vempo	kaate
	3sg	andar.sg		3pl	andar.pl
	‘Ele/ela/ está andando’			‘Eles estão andando’	

---

<sup>10</sup> Uma discussão mais detalhada sobre os demais trabalhos pode ser encontrada em Minussi (2012) e Bassani (2013).



(5) Supleção verbal Hiaki: Transitivos controlados pelo número objeto

a) Aapo/Vempo	uka	koowi-ta	mea-k
3sg/3pl	Det.sg	porco-ACC.sg	<b>matar.sg-PRF</b>
‘Ele/Eles mataram o porco’			

b) Aapo/Vempo	ume	kowi-m	sua-k
3sg/3pl	Det.pl	porco-pl	<b>matar.pl-PRF</b>
‘Ele/Eles mataram os porcos’			

Algumas observações sobre os dados são feitas por Harley (2014). A primeira delas é que a aparente concordância tem uma relação com o sistema de Caso. Apesar de a língua apresentar um sistema de concordância ergativo/absolutivo, o sistema de Caso é nominativo/acusativo, como podemos observar pela morfologia presente nos dados. A segunda é que o que pode parecer concordância em Hiaki, na verdade, não é. Por sua vez, a autora também mostra que os sujeitos dos verbos intransitivos em Hiaki são gerados como complementos, ou seja, os verbos intransitivos em Hiaki são, na verdade, inacusativos. Essa conclusão está baseada em testes com aplicativos que não podem ocorrer com verbos intransitivos inacusativos nessa língua.

Essa última característica torna-se importante, pois, se os argumentos fossem sujeitos, a raiz não estaria em um mesmo domínio de localidade que condicionaria sua supleção. Contudo, uma vez que os argumentos são complementos, existe a possibilidade de condicionamento para a escolha dos alomorfes das raízes. Harley ressalta ainda que em uma teoria de fase como proposta por Marantz (2001) e Arad (2003), na qual o primeiro categorizador desencadeia uma fase, a explicação das supleções seria difícil.

Embora Harley (2014) ressalte várias questões interessantes sobre a supleção e sobre a relação entre raízes e complementos, os dados apresentados não parecem oferecer maiores problemas para uma teoria que retira o poder de seleção de argumentos das raízes. Na verdade, os dados parecem apresentar problemas para uma teoria de fase na palavra que toma como fase o primeiro categorizador. Contudo, essa não é a única teoria de fase existente. Se tomarmos, por exemplo, a teoria de fase proposta em Embick (2010), observaremos que o que desencadeia a fase é a concatenação de um segundo categorizador na estrutura sintática, promovendo o envio de toda estrutura que está no seu complemento. É importante ressaltar, que, na teoria de Embick (2010), a inserção de conteúdo fonológico zero possui um papel

importante para o condicionamento das alomorfias, uma vez que possibilita que um determinado nó possa visualizar outro<sup>11</sup>.

Voltando aos exemplos da língua Hiaki trazidos por Haley (2014), não parece haver problemas em hipotetizarmos que haja núcleos verbais intransitivos ou transitivos, ou seja, núcleos verbais de diferentes sabores, com valências diferentes, que categorizam as raízes. O contexto para a supleção das raízes tomará, por exemplo, a raiz e o categorizador verbal *v*, além, é claro, do traço plural e singular presente nos argumentos, mesmo no argumento que ocupa a posição de sujeito, pois, segundo os testes descritos por Harley (2014), trata-se de um argumento interno. Esse traço plural e singular deve, portanto, servir de contexto para a alomorfia das raízes. Uma vez que nesta língua os categorizadores verbais não são realizados fonologicamente, as raízes devem sofrer um condicionamento desses traços dos complementos, que são introduzidos pelo núcleo verbal, ou núcleos funcionais, em uma hipótese que será melhor descrita nas seções seguintes.

Assim sendo, podemos hipotetizar um contexto para inserção de vocabulário nessas raízes, como em (6):

- (6) a) /mea/ ↔ √KILL\_\_[*vt*<sup>12</sup>, sing]  
b) /sua/ ↔ √KILL\_\_[*vt*, plural]

Em (6a), temos o item de vocabulário para a raiz √KILL em um contexto em que a raiz é categorizada por um verbalizador transitivo e está alocada em um contexto singular. Já, em (6b), a mesma raiz √KILL é categorizada por um verbalizador transitivo, mas no contexto plural. Um tipo parecido de contextualização para raízes supletivas é abordado no trabalho de Siddiqi (2009), o qual trata de raízes do inglês que formam verbos como *go* e *went* em contextos diferentes de tempo.

### 3.2 CONTRA RAÍZES COM PROPRIEDADES SELECIONAIS

Nesta seção, defendemos nossa principal hipótese de trabalho: as raízes não têm capacidade estrutural de licenciar argumentos internos. Os principais argumentos empíricos

---

<sup>11</sup> Não é nosso interesse neste artigo mostrar o funcionamento da teoria de fase para Embick (2010). Nosso intuito é apenas mostrar que há outras teorias que talvez possam dar conta melhor dos dados apresentados. Convidamos os leitores a essa investigação.

<sup>12</sup> Esse *vt* estaria indicando apenas que se trata de um *v* para contextos transitivos.

que a suportam são provenientes do hebraico e do português, a maior parte deles baseados em Minussi (2012) e Bassani (2013), e suportados por mais alguns dados translinguísticos.

### 3.2.1. EVIDÊNCIAS DO HEBRAICO

Tomando como base o trabalho de Minussi (2012), nosso intuito, nesta seção, é dar evidências para o fato de que as raízes não apresentam restrições sintáticas sobre a seleção de argumentos. Nossa hipótese é a de que, no hebraico, tais restrições são dadas pelos padrões vocálicos, aqui considerados núcleos funcionais categorizadores e licenciadores de argumentos, uma vez que esses núcleos abrem posições que podem ser preenchidas por sintagmas. A pergunta que nos colocamos nesta seção é: a raiz mantém sua estrutura de argumentos quando colocada em contextos categoriais diferentes?

Para iniciarmos a discussão com base no hebraico é necessário ter em mente que essa língua apresenta um sistema de formação de palavras constituído por raízes consonantais e padrões vocálicos, que são combinações de vogais, os quais, entre outras propriedades, dão categoria às raízes. O hebraico apresenta sete padrões verbais chamados de *binyanim* (Doron, 2003; Arad, 2005) e uma quantidade numerosa de padrões nominais. Para esse estudo, tomaremos uma classe de padrões nominais que formam nomes eventivos, ou nomes de ação (Hazout, 1995).

Por exemplo, uma raiz como  $\sqrt{xšb}$  adquire diferentes interpretações quando combinada com diferentes padrões nominais, verbais e adjetivais, isto é, à medida que as raízes acategoriais são categorizadas pelos padrões vocálicos, elas adquirem, de fato, um significado.

(7)	$\sqrt{xšb}$	
	Padrão	Palavra formada
a)	CaCaC <sup>13</sup> (v)	<i>xašav</i> ‘pensar’
b)	CiCeC(v)	<i>xišev</i> ‘calcular’
c)	hiCCiC(v)	<i>hexšiv</i> ‘considerar’
d)	maCCeC(n)	<i>maxšev</i> ‘computador’
e)	maCCaCa(n)	<i>maxšava</i> ‘pensamento’
f)	taCCiC(n)	<i>taxšiv</i> ‘cálculo’
g)	CiCCon(n)	<i>xešbon</i> ‘conta’

<sup>13</sup> As letras C dos padrões remetem aos lugares reservados às raízes consonantais.

Com base em Doron (2003), assumimos que esses padrões vocálicos ocupam a posição de núcleos funcionais. Para a autora, que estudou os padrões verbais, podemos separar os padrões entre *simples*, *intensivo e causativo*, segundo o critério de agentividade e podemos ter também *ativo, passivo e médio*, segundo o critério de voz.

No que diz respeito, primeiramente, à denotação dos argumentos externos de um verbo causativo e de um verbo intensivo, a autora verificou que o argumento adicional do verbo intensivo é um ator, enquanto o argumento adicional do verbo causativo não o é. O comportamento diferenciado dos argumentos externos é esperado em uma teoria que prevê a introdução desse tipo de argumento fora do VP (ver Kratzer, 1996). Nos exemplos em (8), o verbo intensivo pode apenas ser predicado de um ator animado. O verbo causativo, por outro lado, pode ser predicado de qualquer tipo de causa (incluindo causas abstratas).

- (8) a) *ha-agronomit/eyxut-ha-qarqa*                      *higdila*                      *et-ha-yevul*  
 DEF-agronomista/a qualidade do solo    aumentar.Causa    ACC-DEF-safra  
 ‘O agronomista/ A qualidade do solo aumentou a safra’
- b) *ha-agronomit*                      *gidla*                      *yeraqot*  
 DEF-agronomista                      crescer.INT<sup>14</sup>    vegetais  
 ‘O agronomista cultivou uns vegetais’
- a) *\*eyxut-ha-qarqa*                      *gidla*                      *yeraqot*  
 DEF-qualidade do solo                      crescer.INT    vegetais

Podemos observar por esses exemplos que, ao tomarmos uma mesma raiz  $\sqrt{\text{gdl}}$ , os verbos criados a partir de diferentes padrões, além de possuírem interpretações diferentes restringem, ou modificam, a interpretação dos argumentos.

Vejamos um exemplo de alternância causativo-reflexiva no hebraico, para ilustrar a ideia de que os padrões interferem no licenciamento dos argumentos.

- (9) a) *Dan*    *‘immen*                      *‘et*    *ha-zèwèt*<sup>15</sup>  
 Dan    treinou                      MO    DEF-time  
 ‘Dan treinou o time’

<sup>14</sup> Verbo no padrão intensivo CiCCa.

<sup>15</sup> Dados retirados de Van Bekku; Hamburger (1993).

- b) *Ha-zèwèt*      *'umman*      *alyedey*      *Dan*  
 DEF-time      foi treinado      por      Dan  
 'O time foi treinado pelo Dan'
- c) *Ha-zèwèt*      *hit'ammen*  
 DEF-time      treinou  
 "O time treinou"

Em (9), temos três padrões verbais distintos combinados com apenas uma raiz '-*m-n*, de modo que podemos perceber diferenças na estrutura das sentenças, assim como na estrutura dos argumentos. Em a), o verbo está em um padrão causativo CiCeC. Observemos que o verbo '*immen* 'treinou' seleciona os dois argumentos: *Dan* e *ha-zèwèt* 'time'. *Dan* necessariamente é interpretado como agente. O argumento interno é introduzido por uma Marca Diferencial de Objeto (MO) '*et*. Já em b), temos a voz passiva relativa ao padrão causativo (o padrão CuCaC) e percebemos que o argumento externo é introduzido por uma preposição, nomeadamente, *alyedey*. Em c), temos a forma reflexiva do verbo, o padrão hitCaCeC, que licencia apenas um argumento, que não é introduzido por preposição. Por meio de dados como os apresentados acima, podemos perceber a relevância de se considerar que são os padrões vocálicos, e não as raízes, os detentores da informação que licencia os argumentos.

Vejam agora os dados de alternância de estrutura argumental, fazendo um paralelo entre o verbo e sua nominalização correspondente. Observemos que, com a mudança do padrão de nominalização, há uma mudança na estrutura de argumentos.

- (10) a) *ha-'ikarim*      *gidlu*      '*et ha-'agvaniyot*  
 DEF<sup>16</sup>-fazendeiros      cultivaram      MO DEF-tomates  
 'Os fazendeiros cultivaram os tomates'
- b) *gidul*      *ha-'agvaniyot* ('*alyedey ha-'ikarim*)  
 cultivo.CS<sup>17</sup>.m.sg      DEF-tomates (por      DEF-fazendeiros)  
 'O cultivo dos tomates (pelos fazendeiros)'

<sup>16</sup> DEF=definitude.

<sup>17</sup> CS significa *Construct State*, formado pela adjunção de dois elementos. Sobre as características dessa formação veja Minussi (2009, 2012).

- c) *ha- 'agvaniyot gadlu*  
DEF-tomates cresceram  
'Os tomates cresceram'
- d) *gdilat* *ha- 'agvaniyot*  
crescimento.CS.fem.sg DEF-tomates  
'O crescimento dos tomates'

Em (10)a), temos uma sentença transitiva, na qual a raiz  $\sqrt{\text{gdl}}$  se combina com um padrão vocálico verbal causativo que permite, por exemplo, a presença de um agente e um argumento interno. Já em (10)b), temos uma nominalização correspondente ao padrão verbal causativo e que também permite, como observamos no padrão vocálico verbal, a presença de um agente. Por sua vez, em (10)c), temos uma sentença com a mesma raiz  $\sqrt{\text{gdl}}$  combinada com um padrão vocálico verbal não-causativo, de modo que não se projeta a posição de agente. De modo paralelo, temos, em (10)d), uma nominalização correspondente ao padrão verbal não-causativo.

Tendo mostrado que as nominalizações, assim como os verbos mostram diferenças no que se refere à quantidade de argumentos permitidos, também podemos constatar que os padrões interferem na modificação adjetival ou adverbial que as nominalizações podem sofrer, ou seja, os padrões parecem impor restrições semânticas às nominalizações formadas.

Nas construções com a MO *'et*, contrariamente às construções com a preposição *alyedey* 'por', não é possível a modificação por advérbios verdadeiros, ou seja, por aqueles advérbios que possuem uma morfologia própria de advérbio, como vemos em (11)b).

- (11) a) *mexikat* *ha-maxšev* *'et* *ha-kvacim*  
apagamento.CS.fem.sg DEF-computador MO DEF-arquivos  
***bi-mhirut***  
em-rapidez  
'O apagamento dos arquivos pelo computador com rapidez'
- b) *\*mexikat* *ha-maxšev* *'et* *ha-kvacim*  
apagamento.CS.fem.sg DEF-computador MO DEF-arquivos  
***maher***  
rapidamente

Contudo, como mostrou-nos Engelhardt (1998), os advérbios verdadeiros, na verdade, podem ocorrer em construções com *‘et*, como vemos no exemplo repetido aqui em (12).

- (12) *ibud* *ha-mumxim* *‘et* *ha-kolot* *yadanit*  
 processamento.CS.masc.sg DEF-peritos MO DEF-votos manualmente  
 ‘o processamento manual dos votos pelos peritos’

Tal fato nos levou a perguntar o que de fato provoca essa alteração na possibilidade de modificação por advérbios e chegamos à conclusão de que o fator relevante é a diferença entre os padrões nominais.

Ao observarmos os dados de nominalizações eventivas, como em (10)d e (10)b), notamos que essas se enquadram nos dois primeiros padrões descritos por Glinert (1989).

(13) **CCiCa**

- a) *mexina* ‘apagamento’
- b) *harisat* ‘destruição’
- c) *sgira* ‘fechamento’
- d) *šifa* ‘enxágue’
- e) *pšita* ‘esticação’
- f) *bxira* ‘seleção’
- g) *gdila* ‘crescimento’

(14) **CiCuC**

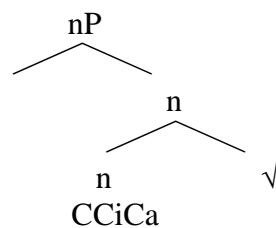
- a) *ibud* ‘processamento’
- b) *gidul* ‘crescimento/cultivo’
- c) *sikum* ‘reabilitação’

O padrão **CiCuC** autoriza a modificação, enquanto o padrão **CCiCa** não a autoriza. Assim, sugerimos que o que provoca o comportamento diferenciado entre esses dois padrões seja alguma propriedade que constitui o próprio padrão. Nossa hipótese é a de que tal propriedade é uma camada verbal. Assim, o padrão **CiCuC** deve possuir uma camada verbal, ao contrário do padrão **CCiCa**, que não contém uma camada verbal.

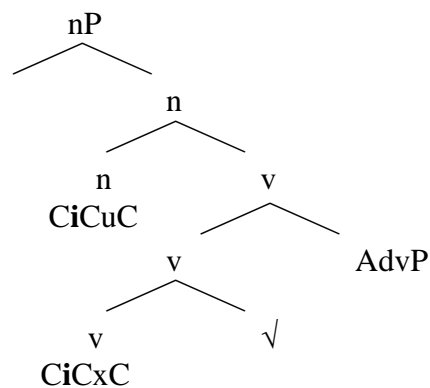
De fato, encontramos uma evidência morfológica para essa constituição verbal no padrão nominal **CiCuC**. Como Glinert (1989) sugeriu, o padrão **CiCuC** está ligado ao padrão verbal **CiCeC** e, portanto, deve possuir um traço verbal em sua constituição, que, de acordo com nossa hipótese, é realizado morfológicamente pela primeira vogal **i** do padrão nominal, que é a mesma primeira vogal do padrão verbal **CiCeC**. Por sua vez, apesar da correspondência sugerida, também por Glinert (1989), entre o padrão nominal **CCiCa** e o padrão verbal **CaCaC**, não há evidências morfológicas para que se postule uma camada verbal para esse padrão, uma vez que a primeira vogal do padrão verbal é diferente daquela que começa o padrão nominal. A primeira vogal do padrão verbal é **a** e a primeira vogal do padrão nominal é **i**.

Sugerimos que as estruturas sintáticas para os dois tipos de padrões (com e sem a camada verbal), utilizando a teoria da MD, sejam as seguintes:

(15)



(16)



A estrutura do padrão nominal **CCiCa** em (15) mostra que esse padrão está diretamente relacionado com uma raiz abstrata e neutra categorialmente, diferentemente do padrão nominal **CiCuC**, no exemplo (16), que não está relacionado diretamente à raiz, mas seleciona um núcleo verbal, que, por sua vez, c-comanda a raiz. No final da derivação sintática, o que temos é um nominal com dois núcleos e, portanto, composto por duas fases. Uma fase verbal, da qual decorre a possibilidade de modificação por advérbio, e uma fase nominal que, por sua vez, permite a modificação por adjetivos.



Tendo observado as evidências trazidas pelos exemplos do hebraico, passamos, na próxima seção, a observar as evidências da formação de verbos complexos do português e de outras línguas.

### **3.2.2. EVIDÊNCIAS DA FORMAÇÃO DE VERBOS COMPLEXOS: PORTUGUÊS E OUTRAS LÍNGUAS**

Nesta subseção, apresentamos a partir de Bassani (2013) dois tipos de evidências empíricas para a tese de que raízes não são capazes de fazer seleção argumental, são eles: i) dados do português em que uma raiz predicativa, que supostamente prevê seu argumento interno, não tem capacidade estrutural de tomá-lo como complemento; ii) a existência de morfemas prefixais em diversas línguas que licenciam e alteram argumentos na estrutura verbal quando em combinação com raízes idênticas.

A formação de verbos complexos em português pode envolver prefixos e sufixos em um esquema como o de (17), e alguns exemplos podem ser vistos em (18) a (21):

(17) **PREFIXO + RAIZ/BASE + (SUFIXO) + VOGAL TEMÁTICA**

A característica mais robusta e unificadora da macro classe de verbos morfologicamente complexos é, sem dúvida, a obrigatoriedade de um argumento interno interpretado como objeto afetado (tema ou, em menor grau, experienciador) da mudança expressa pelo evento. A semântica relacionada ao resultado da mudança é, em geral, denotada pela raiz do verbo. As raízes podem denotar prototipicamente um estado, um lugar, uma entidade (concreta ou abstrata), uma entidade criada no evento, formando diferentes classes semânticas, conforme exemplos abaixo:

(18) Verbos de mudança de estado

- a) Alisar (o cabelo)
- b) Enfraquecer (a relação)
- c) Esvaziar (o pote)

(19) Verbos de mudança de lugar

- a) Aprisionar (o bandido)
- b) Engarrafar (a bebida)
- c) Expatriar (o traidor)

- |      |                            |      |                                   |
|------|----------------------------|------|-----------------------------------|
| (20) | Verbos de mudança de posse | (21) | Verbos de mudança de configuração |
|      | a) Acarpetar (a sala)      |      | a) Agrupar (as figuras)           |
|      | b) Emoldurar (o quadro)    |      | b) Empilhar (os livros)           |
|      |                            |      | c) Esfarelar (os biscoitos)       |

Bassani propõe que, assim como um núcleo *v* (ou *Voice*) introduz o argumento externo (Kratzer, 1996), um núcleo funcional que se realiza superficialmente na forma de prefixo também é responsável por introduzir um argumento interno, previsto ou não pela semântica da raiz com a qual se combina. Por exemplo, uma raiz de estado (predicadora), como a que forma o adjetivo *liso*, o verbo *alisar* e a nominalização *alisamento*, parece prever semanticamente o seu argumento interno, mas uma raiz como a que forma *garrafa* ou *carpete* não o faz. Entretanto, nenhuma dessas raízes tem capacidade estrutural de se relacionar diretamente a um complemento no português.

Na transformação de raízes e bases em verbos, é possível (e obviamente necessário) introduzir um novo argumento, como aponta a gramaticalidade dos dados em (23) e (26), em que os supostos nomes e adjetivos de base ou as raízes não podem estabelecer essa relação sozinhos. Expressões analíticas com cópulas, como em (24), ou verbos leves do tipo de (27), também permitem o estabelecimento da relação, exceto em contextos de raiz, em que somente a formação verbal sintética é possível.

- |      |                                   |
|------|-----------------------------------|
| (22) | *Vazio a caixa.                   |
| (23) | Esvaziar a caixa.                 |
| (24) | Está vazia a caixa. <sup>18</sup> |
| (25) | *Garrafa o vinho.                 |
| (26) | Engarrafar o vinho.               |
| (27) | Colocar o vinho em garrafa        |

Ainda, segundo a proposta, no verbo *acalmar*, por exemplo, a presença do prefixo é a evidência morfológica da existência de um núcleo que licencia de modo direto um argumento interno como em (28)a. Contudo, a mesma raiz em uma estrutura nominal, como em *calmante*,

---

<sup>18</sup> A ordem preferencial para esta sentença é *A caixa está vazia*. Em uma teoria sintática gerativa, isso seria explicado pelo fato de o núcleo T (*Tense*), preenchido pelo verbo *estar*, conter um traço EPP (*Extended Projection Principle*) que faz com que o argumento *A caixa* seja copiado para a posição de especificador de TP (*Tense Phrase*).

não licencia esse mesmo argumento, e a mesma impossibilidade se apresenta para a verbalização sem prefixo:

- (28)           √CALM-
- a)            O remédio acalmou o paciente.
  - b)            \* Calmante o paciente.<sup>19</sup>
  - c)            \* O remédio calmou o paciente.

Além disso, outro argumento da correlação entre a presença de prefixos e a presença do argumento interno está no fato de que, em geral, a verbalização cria verbos inacusativos de alternância (como (29)) e verbos transitivos (como (30)a e (31)a). Não favorecem a formação de verbos inergativos ((29)c e (30)c). Em (31)b não há um verbo inergativo, mas uma formação transitiva em que o argumento interno foi omitido. Sua interpretação é facilmente recuperável e, além disso, necessária para que essa seja uma boa sentença; trata-se de um argumento implícito e não da falta de um argumento.

- (29)           a)        O tanque esvaziou.  
              b)        Eu esvaziei o tanque.  
              c)        \*Eu esvaziei.
- (30)           a)        Eu acariciei o cachorro.  
              b)        \*O cachorro acariciou.  
              c)        \*Eu acariciei.
- (31)           a)        O cantor atraiu a atenção do público.  
              b)        Este cantor atrai (alguém, alguma coisa).

Ademais, há poucos casos de verbos transitivos indiretos e bitransitivos dentre os dados estudados porque a preposição que estaria introduzindo o complemento indireto está incorporada ao verbo complexo. O verbo *adentrar* é um bom exemplo dessa implicação.

---

<sup>19</sup> Um problema encontrado é o fato de que nominalizações como *amaciante* e *adoçante* apresentam o prefixo, mas não licenciam argumento interno. Deixaremos a discussão aprofundada das nominalizações para trabalho futuro.

Comparemos a estrutura argumental do verbo *adentrar*, prefixado, e do verbo *entrar*, não prefixado:

- (32)           a)     O rapaz entrou na sala.  
              b)     O rapaz adentrou a sala.

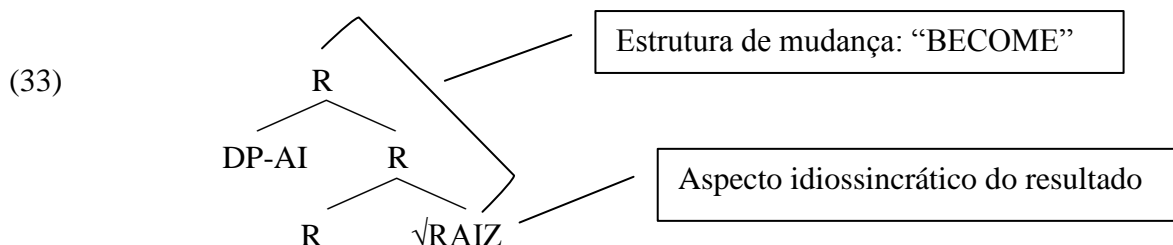
Em (32)a, o local que complementa o sentido do verbo *entrar* é licenciado na estrutura pela preposição locativa *em*. Por essa exigência, tem-se um verbo transitivo indireto. Por outro lado, em (32)b, o argumento locativo não precisa ser licenciado por uma preposição livre na sentença, pois sua introdução é permitida por conta de existência do prefixo preposicional no próprio verbo complexo. Tal configuração acarreta a estrutura de um verbo transitivo direto.<sup>20</sup>

Assim, a proposta geral, sem detalhamentos para o tipo de classe semântica, é a de que existe um requerimento formal no português para que o argumento interno possa entrar na derivação em uma posição em que recebe o papel semântico de argumento afetado da raiz: é preciso haver a mediação de um núcleo funcional de natureza preposicional ou relacionadora e também verbal<sup>21</sup>. Assim, o papel estrutural do prefixo é o seguinte: introduzir o argumento interno na formação e relacioná-lo à raiz, como na representação abaixo, em que o rótulo R indica um núcleo **Relacionador**.

---

<sup>20</sup> Um dos pareceristas deste trabalho chamou-nos atenção para o fator complicador de que há diversos verbos em português em que a preposição aparentemente incorporada como prefixo tem de obrigatoriamente se repetir como preposição livre a fim de licenciar argumentos, resultando na formação de verbos transitivos indiretos, tais como *concordar com*, *discordar de*, *compor com*, *depor de*, etc. Tais dados são de fato muito importantes e precisam ser tratados por meio de análises adicionais às exploradas neste trabalho. Bassani (2013) e Bassani (no prelo) demonstram que, em formações semelhantes a estas, em algum estágio da formação verbal, os prefixos foram incorporados à raiz, dando origem a novas raízes, relacionadas semanticamente ou não com as raízes diacrônicas originais. As informações originalmente contidas nestes prefixos passaram a ser codificadas em preposições ou em advérbios. A autora trata de dados como *extrair para fora*, *inserir para dentro*. Acreditamos que os dados apresentados pelo parecerista poderiam ser tratados na mesma linha de argumentação, mas reconhecemos que são dados diferentes e que devem ser mantidos em perspectiva para a continuação deste estudo.

<sup>21</sup> Essa proposta remonta à afirmação intuitiva de Said Ali (1966:254) de que “os verbos parassintéticos são devidos antes a nomes preposicionados do que a simples nomes como elementos derivantes”. Além disso, essa ideia é acomodada pelas estruturas diádica básica e composta de Hale e Kayser, 2002. Na estrutura diádica composta, o \* indica que a raiz é predicadora, mas precisa da mediação de um V para se relacionar ao argumento interno. Na diádica básica, a raiz não é predicadora e P assume as funções de predicador e relacionador.



(34) avermelhar o cabelo = cabelo <a> *estado* vermelho.

(35) eu engordei = eu <em> *estado* gordo.

(36) engavetar o papel = o papel <em> *lugar* gaveta.

(37) expatriar o coronel = o coronel <ex> *lugar* de pátria.

(38) empilhar os livros = os livros <em> *configuração* de pilha.

A categoria R é uma categoria interna de natureza verbal, pois tais prefixos estão sempre relacionados a estruturas verbais e eventivas. No entanto, o núcleo R não é capaz de expressar uma verbalização sozinho, mas faz parte do processo de verbalização. Toda a estrutura cujo núcleo é R, que constitui um tipo de *small clause*, será c-comandada por um *v*, responsável pela categorização por ser um núcleo cíclico (Embick, 2010) e permitir a formação de uma palavra morfológica (M-palavra): o verbo. O papel semântico (temático/eventual) do DP argumento interno é definido estruturalmente pela projeção intermediária formada por núcleo R e raiz. O DP em posição spec, R é sempre um tema (como em *avermelhar a roupa*) ou experienciador (*acalmar o paciente*), sendo que sua relação com R indica a mudança e a denotação da raiz especifica a qualidade/tipo da mudança. Por exemplo, um DP em spec, R concatenado com raiz de estado é interpretado como um tema que sofre mudança de estado, já se R estiver concatenado com uma raiz de lugar é interpretado como um DP que sofre mudança de lugar. No entanto, assumimos que as funções de checagem de caso acusativo ainda são de responsabilidade de *v* em posição de configuração de marcação excepcional de caso.

Além disso, a ideia de que R se adjuge diretamente à raiz dá conta de dois fatos empíricos: i) os prefixos parassintéticos nunca ocorrem com verbos já prefixados, tendo que preceder imediatamente o início da base (e.g. \**alavagenar*/\**enlavagenar*/\**eslavagenar*; *ainformalizar*/\**eninformalizar*/\**esinformalizar*; *aencaixar*/\**esencaixar*), e ii) as interações e restrições fonológicas ocorridas entre o último fonema que constitui o prefixo e o início da raiz (e.g. eN- + magro > emagrecer). Essas restrições não se impõem sobre outros prefixos de natureza externa (*reengavetar*, *desalojar*, *inadmitir*).

Seguindo a teoria de Embick (2010), o prefixo só pode ser sensível às propriedades da raiz porque está no mesmo domínio cíclico que ela, em uma relação de localidade. Assumimos que *R* não é um núcleo cíclico (por isso está grafado em caixa alta) porque não forma com o seu complemento um domínio independente de som, mas parece formar um domínio independente de significado<sup>22</sup>.

Sabe-se que a parassíntese é conhecida exatamente por essa dependência entre o prefixo e o sufixo verbalizador, mas nenhum trabalho tentou demonstrar em termos formais tal dependência, a não ser pelo fato de afirmar que se trata de circumfixos. O sufixo verbal ocupa a posição de *v* na estrutura (simplificada) do verbo tal como sugerida em (33) cima. Ora, tal dependência pode ser explicada pelo fato de *R* ser um núcleo não cíclico que não é capaz de categorizar o seu complemento, a raiz, no domínio da palavra e necessita de um núcleo cíclico, um *v*, para que a estrutura seja categorizada e *spell-out* ocorra. Formalmente, a dependência morfofonológica existente entre prefixo e sufixo na formação parassintética se explica por meio da proposta de uma estrutura como a de (33) e da assunção dos pressupostos de uma teoria localista como a de Embick (2010).

No entanto, a proposta de que os prefixos introduzem os argumentos internos nesses verbos traz uma consequência na forma de uma pergunta: é possível assumir que isso pode ser estendido mesmo aos verbos de mudança não prefixados? Em outras palavras, quem introduz o argumento interno nos verbos não prefixados que possuem as mesmas propriedades semânticas e estruturais? “Prefixos nulos”?

A ideia de que um núcleo é responsável por introduzir argumentos internos mesmo que esse seja realizado por um vazio fonológico (como acontece com *Voice* em relação ao argumento externo na maior parte das línguas) não nos parece absurda em face de evidências de dois tipos, que explicitaremos imediatamente. Além disso, a existência de morfemas zero não é problemática para uma teoria como a MD, uma teoria morfológica do tipo item e arranjo.

A primeira das evidências é diacrônica e específica do português. Há dados de português antigo em que verbos que hoje não contêm prefixos eram prefixados. Observemos a figura abaixo:

---

<sup>22</sup> O fato de que o argumento interno, o prefixo e a raiz formam um domínio independente de significado pode ser evidenciado por testes de modificação adverbial (cf. Bassani, 2013:113-115).

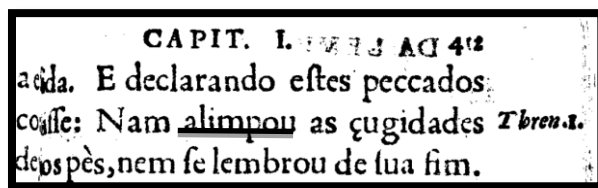


Figura 2: Dado arcaico *alimpar*<sup>23</sup>

No trecho da obra do séc XVI, vemos que o verbo que é hoje *limpar* continha o prefixo *a-* também presente em diversos verbos de mudança de estado, como *alargar*, *amansar* e *agravar*. Assim, não nos parece interessante propor que verbos como *limpar* e *sujar*, dada a ausência de morfemas prefixais, tenham uma estrutura argumental diferente de verbos como *alargar*, *amansar* e *agravar*, ou que raízes como  $\sqrt{\text{MANS}}$  não são capazes de tomar o argumento interno como complemento diretamente, mas raízes como  $\sqrt{\text{SUJ}}$  são. Talvez, o fato de aqueles verbos não conterem prefixos abertos seja mais o fruto de um processo de apagamento fonológico histórico do que a indicação da falta de um núcleo R sincronicamente, como sugerimos na estrutura em (33) acima. Como se poderia pensar, tal fenômeno não é exclusivo deste verbo (*alimpar-limpar*), pois uma pequena investigação etimológica revela outros dados que não apresentavam morfemas prefixais e que hoje requerem, obrigatoriamente, a sua realização, mostrando que o processo tem duas vias.

Forma atual	Ocorrencias diacrônicas
limpar	sXVI <i>alimpar</i>
acertar	sXIV <i>açertar</i> , <b>sXIV çertar</b> , sXV <i>asertar</i>
atormentar	<b>sXIII tormentar</b> , sXIV <i>atormentar</i> , sXV <i>atromentar</i>
apresentar	sXIII <i>apresentar</i> , <b>sXIII presentar</b> , sXIV <i>apressentar</i>
afrontar	sXIII <i>afrontar</i> , <b>sXIII frontar</b> , sXV <i>afromtar</i>

Tabela 1: Algumas formas diacrônicas

Vemos a necessidade de uma teoria separacionista e de inserção tardia que nos permita desvencilhar a aparente ausência de itens de vocabulário da presença estrutural de traços e núcleos funcionais.

<sup>23</sup> Trecho da obra PINTO, Heitor, O.S.J., 1528?-1584?, *Imagem da vida christam ordenada per dialogos como membros de sua composiçam... / compostos per frey Hector Pinto, frade Ieronimo*. - Em Coimbra : per João de Barreira, 1563. *Grifo nosso*.

Hoje, alguns verbos parecem estar em estágio de mudança, no qual as duas formas convivem como sinônimas. É o caso do verbo *baixar/abaixar*.

- (39) O preço do tomate (a)baixou.  
(40) Você pode (a)baixar o volume do rádio?  
(41) Eu (me) (a)baixei e achei a chave que tinha caído.<sup>24</sup>

O segundo tipo de evidência para um núcleo funcional introdutor de argumentos internos é translinguística. Diversos trabalhos falam sobre a existência de morfemas prefixais em diversas línguas que licenciam argumentos, por isso não seria tão estranho pensar que prefixos são a realização superficial de núcleos introdutores de argumento, que, em certos contextos, podem não receber realização fonológica.

Booij (1990:53), por exemplo, mostra que prefixos verbais do holandês podem ter efeitos na “valência sintática das palavras base”, ou seja, na estrutura de argumentos. Alguns exemplos<sup>25</sup>:

- (42) a) *bellen* (opcionalmente TRANS<sup>26</sup>) ‘phone’; ‘telefonar’  
b) *iemand opbellen* (TRANS) ‘phone somebody’; ‘telefonar para alguém’  
(43) a) *lopen* (INTR) ‘walk’; ‘andar’  
b) *de straten aflopen* (TRANS) ‘tramp the streets’; ‘perambular as/pelas ruas’

Masini (2002) apresenta um trabalho comparativo das propriedades das construções verbo-partícula do inglês e dos verbos prefixados do russo e defende que existe uma correspondência funcional entre esses elementos. O inglês, uma língua do grupo germânico,

---

<sup>24</sup> Além disso, em alguns dialetos, o prefixo é raramente realizado, o que não indica que o uso desses verbos sem realização fonológica do prefixo reflita uma representação estrutural diferente da que se atribui a seus usos em outras regiões do Brasil, onde o prefixo não pode ser fonologicamente nulo. Dois dados no mínimo curiosos são os de (i) e (ii) abaixo.

- (i) Ele (se) abaixou no chão e viu a chave.  
(ii) Ele (?se) baixou no chão e viu a chave.

Uma intuição que temos é que os dialetos que privilegiam a perda da realização fonológica prefixal também privilegiam a perda da morfologia do clítico *se* e dificilmente apresentariam uma frase com o clítico e sem o prefixo. Por outro lado, parece que é possível realizar o prefixo sem realizar o clítico. Isso pode indicar que a perda da realização da fonologia do clítico está mais avançada que a do prefixo, mas não temos muito mais a dizer sobre esse tópico antes de pesquisa mais aprofundada.

<sup>25</sup> Optamos por manter a tradução original para inglês presente nos textos.

<sup>26</sup> TRANS = Transitivo; INTR = Intransitivo.



vem perdendo sua produtividade prefixal como resultado da mudança de ordem de Sujeito-Objeto-Verbo para Sujeito-Verbo-Objeto, como resultado da passagem do Inglês Antigo (*Old English*) para o Moderno (*Modern English*) e da queda do sistema flexional. Com isso, a pós-modificação passou a prevalecer e as partículas foram introduzidas (Masini, 2002:9). Nessa língua, as partículas, e não os prefixos, são responsáveis pela modificação argumental verbal. As construções verbo-partícula do inglês são muito parecidas com os verbos do holandês apresentados acima, mas há uma diferença notável na ordem de realização, pois as partículas do inglês sempre se posicionam após o verbo. A autora afirma que as partículas têm, sobretudo, valor aspectual, conforme descrição a seguir:

- (44) “Perfectivo”
- a) drink > drink **up**; calm > calm **down**
  - b) ‘beber > beber (tudo)’; ‘acalmar > acalmar (completamente)’
- (45) “Ingressivo”
- a) hurry > hurry **up**; lie > lie **down**
  - b) ‘Apressar > (começar a) apressar’; ‘deitar > (começar a) deitar’
- (46) “Continuativo/iterativo”
- a) hammer > hammer **away**; drive > drive **on**
  - b) ‘martelar > martelar repetidamente’; ‘dirigir > dirigir continuamente’

Mas, além disso, afirma que a partícula pode alterar o número e o tipo de argumentos requeridos pelo verbo, modificando, assim, sua transitividade (Masini, 2002:29-31). Notamos, pelo conjunto de sentenças em (47), que a presença da partícula torna obrigatória a expressão do argumento interno do verbo.

- (47) a) He *drank* a cup of milk every morning  
‘Ele bebeu uma xícara de leite toda manhã’
- b) He *drank* a lot  
‘Ele bebeu muito’
- c) He *drank down* the milk  
‘Ele bebeu o leite’
- d) \* He *drank down* (a lot)  
‘Ele bebeu (muito)’

Por outro lado, em (48), a partícula *over* atua de modo diferente. O verbo *hand* pede obrigatoriamente a expressão de um argumento externo, um argumento interno direto e um indireto, como vemos pela gramaticalidade de (48)a e pela agramaticalidade de (48)d, em que a falta do argumento interno indireto ou preposicionado não é tolerada. No entanto, com a adição de *over*, a expressão desse argumento é opcional, como vemos em (48)b,c.

- (48) a) Will you please *hand* the secret folders to the police?  
'Você faria o favor de entregar as pastas secretas à polícia?
- b) Will you please *hand over* the secret folders?  
'Você faria o favor de entregar as pastas secretas?
- c) Will you please *hand over* the secret folders to the police?  
'Você faria o favor de entregar as pastas secretas à polícia?
- d) \*Will you please *hand* the secret folders?  
'Você faria o favor de entregar as pastas secretas, por favor?

Em outros casos, verbos que não tomam argumentos (intransitivos) podem passar a tomá-los e vice-versa:

- (49) Intransitivos > Transitivos
- a) to blow > to blow down (a tree)  
'soprar > derrubar (uma árvore)'
- b) to work > to work out (a sum/the details)  
'trabalhar > analisar (uma soma/os detalhes)
- c) to cough > to cough up (blood)  
'tossir > tossir (sangue)'
- (50) Transitivos > Intransitivos
- a) to add > to add up to  
'adicionar' > 'adicionar até chegar a um limite'
- b) to check > to check up on  
'checar' > 'verificar/supervisionar'
- c) to show > to show up/off  
'mostrar' > 'aparecer'

Os dados acima nos direcionam para duas conclusões: as partículas podem alterar (ou definir) a estrutura argumental e nem todas atuam do mesmo modo, sendo necessário investigar caso a caso qual sua função estrutural. Nos dados em (50), as partículas saturam os argumentos pedidos pelos verbos em vez de abrir espaço para a introdução de um novo argumento, por isso a alternância transitiva-“intransitiva”.

Embora os exemplos apresentados sejam de verbos a que partículas se adicionam, outros dados, mais parecidos com os parassintéticos do português, nos sugerem que o mesmo pode se dar com outras categorias. Um exemplo interessante é a expressão *weird out*. *Weird* (‘estranho’) é, originalmente, um adjetivo que modifica um NP, como em “*a weird dream*” ou pode ser usado em uma oração com cópula, como em “*She is weird*” ou “*That question was weird*”. Contudo, mesmo em inglês, língua que tem grande facilidade para converter nomes e adjetivos em verbos, para que se verbalize a raiz *weird* há de se utilizar a partícula *out*, que não tem valor aspectual ou direcional nesse caso. Uma pesquisa no site de buscas Google pela expressão “*weirds me*” retornou todas as ocorrências (aproximadamente 169.000) como *weirds me out*, contendo a partícula. Além disso, falantes consultados julgaram a formação impossível.<sup>27</sup>

(51) The whole concept really weirds me \*(out).

Assim, hipotetizamos que essa partícula é meramente um requerimento estrutural para que se possa introduzir um argumento interno e relacioná-lo ao estado denotado por *weird*. Vejamos que nas três formações, em que o adjetivo ocorre dentro da estrutura de um DP, dentro de uma estrutura de cópula e dentro de uma construção verbo partícula, há núcleos funcionais que são responsáveis por relacionar a raiz com a estrutura argumental.

Olhando agora para línguas eslavas, Svenonius (2004:235) apresenta o verbo *pisal* (‘escrever’), do russo, quando prefixado por *na-*, prefixo esse que ele chama de prefixo lexical (em oposição a prefixos super lexicais). Tal dado exemplifica como a presença desse prefixo torna obrigatórios elementos antes opcionais:

---

<sup>27</sup> Uma discussão é a de se o complexo *weird out* não teria um significado diferente daquele atribuído ao adjetivo *weird*. Segundo Bassani, podemos dizer que a raiz *weird* tem diferentes nuances de interpretação, todas correlacionadas. A expressão *weird out* é derivada daquela que significa “strange in a mysterious and frightening way” (<http://oaadonline.oxfordlearnersdictionaries.com/dictionary/weird>). (Cf. Bassani, 2013: cap. 2).

- (52) Ivan pisał (pisjmo)  
 Ivan wrote (letter)  
 ‘Ivan was writing (a letter)’  
 ‘Ivan estava escrevendo (uma carta)’
- (53) Ivan **na**-pisał \*(pisjmo)  
 Ivan on-wrote letter  
 ‘Ivan wrote a letter’  
 ‘Ivan escreveu uma carta’

Além disso, mais dados translinguísticos corroboram o fato de que alguns prefixos realmente alteram a estrutura sintática do verbo formado. Segundo Masini (2002), os prefixos russos de origem eslava alteram o número e o tipo de complementos (quadro de subcategorização) do verbo. Eles impõem o tipo de complemento preposicional que o verbo toma após a prefixação, ou seja, a presença do prefixo influencia a seleção do sintagma preposicional que segue o verbo. Muitas vezes, ocorre a seleção de uma preposição correspondente no significado e na forma com o prefixo. A adição de um prefixo induz o verbo a tomar um argumento que semanticamente corresponde ao próprio prefixo e funcionalmente completa sua estrutura, como no exemplo abaixo, em que a adição do prefixo *vz-* ao verbo *valit* altera a grade argumental exigindo um complemento preposicional nucleado por *na*:

- (54) *valit*  
 ‘to throw down/overthrow’  
 ‘derrubar’
- (55) *vzvalit*  
 ‘to (off)load, to shift st on sb’  
 ‘carregar/transferir algo para alguém’
- (56) *vzvalit*’ mešok **na** spinu  
 ‘to hoist a pack onto one’s shoulder’  
 ‘Alçar um pacote nos ombros de alguém’

(Masini, 2002:72)

Além de alterar a transitividade dos verbos a que se anexam nas línguas eslavas, os prefixos especificam o tipo de complemento. Vejamos o paradigma do verbo *govorit* do russo ('dizer/falar'). Os exemplos indicam o tipo de caso recebido pelo complemento adicionado pelo prefixo. O símbolo +acc indica que o verbo exige complemento com caso acusativo; +gen para caso genitivo; +instr para caso instrumental e +dat para caso dativo:

- (57) **vygovorit'**  
TRANS 'to speak out, pronounce' +acc.  
'Falar alto, pronunciar'
- (58) **dogovorit'**  
TRANS 'to finish saying' +acc.  
'Terminar de dizer'
- (59) **zagovorit'**  
a) INTR 'to begin to speak'  
'Começar a dizer'  
b) TRANS 'to talk sb's head off/to cast a spell over' +acc.  
'Falar demasiadamente/amaldiçoar'
- (60) **nagovorit'**  
a) TRANS 'to talk, say a lot'  
'Falar/dizer demais'  
b) INTR 'to slander, calumniate' + a<sup>28</sup> +acc.;  
'Difamar/caluniar'
- (61) **ogovorit'**  
TRANS 'to calumniate' +acc.;  
'Caluniar'
- (62) **otgovorit'**  
TRANS 'to dissuade from' +acc. + ot+gen.;  
'Dissuadir de'
- (63) **pogovorit'**  
INTR 'to have a talk';  
'Ter uma conversa'

---

<sup>28</sup> Nos exemplos (60), (62) e (65), ocorrem preposições que são responsáveis por introduzir e atribuir caso a objetos indiretos de usos intransitivos e bitransitivos. São elas: a/**ha** ('a'), ot ('de' origem), s/c ('com'), o (sobre), k ('a').

- (64) **podgovarivat'**  
 TRANS 'to incite to' + acc. + infinitive (inf.);  
 'Incitar a'
- (65) **prigovorit'**  
 TRANS 'to sentence (to)' + acc. + k + dat.;  
 'Sentenciar a'
- (66) **ugovorit'**  
 TRANS 'to persuade (to)' + acc. + inf.  
 'Persuadir a'

(Masini, 2002:73-74)

Ademais, os prefixos podem alterar as propriedades semânticas de seleção do argumento do verbo. O exemplo dado é de um verbo que toma originalmente complementos menos animados e, com a adição do prefixo, pode tomar um complemento mais animado:

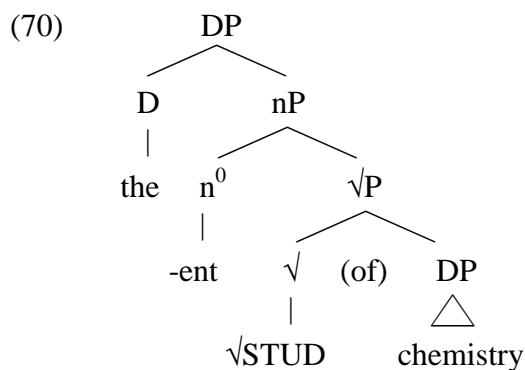
- (67) Jurij pisal pis'mo  
 Jurij[nom.] write[pass.masc.] letter[acc.]  
 'Jurij wrote a letter'  
 'Jurij escreveu uma carta'
- (68) \*Jurij pisal ee  
 Jurij[nom.] write[pass.masc.] she[acc.]  
 \*'Jurij wrote her [object]'  
 \*'Jurij escreveu ela [objeto]'
- (69) Jurij vypisal ego iz bol'nicy  
 Jurij discharge[pass.masc.] he[acc.] from the hospital  
 'Jurij discharged him from the hospital'  
 'Jurij exonerou-o do hospital'

(Masini, 2002:74)

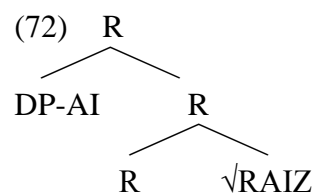
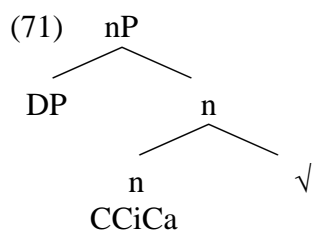
Com foco nos dados de verbos parassintéticos do português, corroborados por mais algumas evidências translíngüísticas, além dos dados do hebraico já apresentados acima, finalizamos a justificativa da escolha de uma análise que não assume a introdução do argumento interno na estrutura de verbos de mudança como complemento direto da raiz.

### 3.2.3 CONCLUSÃO DA SEÇÃO: PADRÕES DE REALIZAÇÃO DE NÚCLEOS FUNCIONAIS

Para concluirmos esta seção, tanto nos dados em 3.2.1 quanto naqueles em 3.2.2, vemos evidências de que as grades argumentais são introduzidas por núcleos funcionais independentes da raiz, ao contrário de propostas como Harley (2014), na qual, como podemos observar em (70), uma raiz como  $\sqrt{\text{STUD}}$  seleciona o DP “*chemistry*” ‘química’ e projeta uma projeção máxima de raiz  $\sqrt{\text{P}}$ . Além disso, há a necessidade da inserção de um “*of*” que não está previsto na estrutura.



As estruturas apresentadas em Minussi (2012) e Bassani (2013), retomadas abaixo em (71) e (72) para ilustração, as quais foram discutidas ao longo deste artigo (originamente (15) e (33), respectivamente), estão fortemente relacionadas, uma vez que os padrões vocálicos do hebraico e os prefixos dos verbos complexos são realizações de uma posição funcional, ora representada por um categorizador, ora representada por um núcleo relacionador, respectivamente, os quais possuem como principal função licenciar a estrutura de argumentos para as raízes acategoriais. Essas estruturas nos permitem uma unificação da hipótese acerca do licenciamento da estrutura argumental, segundo a qual a raiz não possui nenhuma informação sobre a estrutura de argumentos, mas tal informação está codificada em elementos funcionais.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, podemos destacar alguns fatos que são levados em consideração neste trabalho em defesa da ausência de seleção argumental nas raízes: (i) as raízes podem aparecer em diversos contextos categoriais, ou seja, podem ser verbos, nomes e adjetivos, assim sendo, as raízes não possuem nenhuma propriedade sintática, pois não necessariamente mantêm sua grade de argumentos nos diversos contextos gramaticais; (ii) muitos verbos e nominalizações do hebraico, mas também do inglês e português, apresentam valência flexível, o que provoca a leitura de que as raízes são radicalmente subespecificadas para a estrutura de argumentos; (iii) o licenciamento de argumentos deve ser realizados por núcleos funcionais, como categorizadores outro tipo de elemento funcional, que podem ser fonologicamente realizados por prefixos e partículas por exemplo<sup>29</sup>.

A ausência de informação sobre a seleção de argumentos internos (ou externos) nas raízes traz pelo menos uma grande consequência teórica para a MD: a real extinção de um léxico gerativo no qual havia entradas lexicais que continham quadros de subcategorização ou grades temáticas. Ao alocarmos as informações sobre a estrutura de argumentos nas raízes, corremos o risco de recriar um léxico, que já foi extinto nessa teoria, e, assim, enfraquecê-la. Como mostramos ao longo deste artigo, principalmente através de dados de nominalizações e da formação de verbos complexos, a história sobre a seleção de argumentos pelas raízes deve ser outra.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACQUAVIVA, P. Roots and Lexicality in Distributed Morphology . In GALANI, A.; REDINGER, D.; YEO, N. (eds.). *York-Essex Morphology Meeting 5*, p.1-21, 2009.
2. ADGER, D. *A Syntax of Substance*. Cambridge, MA: MIT Press, 2013.
3. ARAD, M. Locality constraints on the interpretation of roots: the case of Hebrew denominal verbs. *Natural Language & Linguistic Theory*. Vol 21, p. 737-778, 2003.

---

<sup>29</sup> Ampliando a discussão para além da MD, há trabalhos como Borer (2003, 2013), que argumentam em favor da não seleção de argumentos pela raiz e, recentemente, dentro da MD, De Belder; Van Craenenbroeck (2011) também argumentam a favor dessa impossibilidade. Para Borer, a estrutura argumental é derivada a partir de projeções de estrutura sintática adicional e não a partir das raízes. Há uma consequência da necessidade de estrutura adicional para os argumentos: as nominalizações que possuem estrutura de argumentos são sempre deverbais, uma vez que a autora também prevê que as projeções de estrutura argumental são verbais em essência. O que une esses dois trabalhos é o fato de considerarem as raízes como nós sintaticamente deficientes, que não podem tomar complementos, não podem nuclear constituintes frasais e não impõem requerimentos seletivos sobre a estrutura.



4. ARAD, M. *Roots and Patterns: Hebrew morpho-syntax*. Springer, 2005.
5. ARONOFF, M. In the beginning was the Word. *Language*, 83 (4), p.803-830, 2007.
6. BASSANI, I.S. *Uma abordagem localista para morfologia e estrutura argumental dos verbos complexos (parassintéticos) do português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
7. BASSANI, I.S. Transparência morfológica, composicionalidade semântica e reanálise estrutural em verbos do português. (no prelo).
8. BOOIJ, G. The boundary between morphology and syntax: separable complex verb in Dutch. In: BOOIJ, G.; MARLE, J. *Yearbook of Morphology*. Dordrecht: Foris, 1990, p 45-63.
9. BORER, H. Exo-skeletal vs. Endo-skeletal Explanations: Syntactic Projections and the Lexicon. In: POLINSKY, M.; MOORE, J. (eds.) *The Nature of Explanation*. Chicago: Chicago University Press (distributed by CSLI), 2003
10. BORER, H. *Structuring Sense Volume III: Taking Form*. United Kingdom: Oxford University Press, 2013.
11. DE BELDER, M. VAN CRAENENBROECK, J. *How to merge a root*, 2011.
12. CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge Mass: MIT Press, 1995.
13. DORON, E. Agency and Voice: The Semantics of the Semitic Templates. *Natural Language Semantics* 11, p.1-67, 2003.
14. EMBICK, D. On the Structure of Resultative Predicates in English. *Linguistic Inquiry*, v. 35, p. 355-92, 2004.
15. EMBICK, D. *Localism vs Globalism in Morphology and Phonology*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2010.
16. ENGELHARDT, M. *The Syntax of Nominalized Properties*. Tese de Doutorado. The Hebrew University of Jerusalem, 1998.
17. GLINERT, L. *The Grammar of Modern Hebrew*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
18. GUIMARÃES, M. In Defense of Vacuous Projections in Bare Phrase Structure. University Of Maryland Working Papes In Linguistics, College Park, Maryland, USA, v. 9, p. 90-115, 2000.
19. HALE, Ken; KEYSER, Jay. *Prolegomenon to a Theory of Argument Structure*. Cambridge: MIT Press, 2002.
20. HALLE, Moris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. (eds.). *The View from Building 20*:. MITPress, Cambridge, MA, p. 111-176, 1993.
21. HARLEY, H. Compounding in Distributed Morphology. In: LIEBER, R.; STEKAUER, P. (eds). *The Oxford Handbook of Compounding*, 2008.
22. HARLEY, H. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics: An Open Peer Review Journal*, v.40, Issue 3-4, p.225-276, 2014.

23. HARLEY, H.; NOYER, R. Distributed Morphology. *GLOT International*, v. 4, n. 4, p. 3-9, 1999.
24. HAZOUT, I. Action nominalization and the Lexicalist Hypothesis. *Natural Language and Linguistic Theory*. v.13.3, 1995.
25. KAYNE, R. Antisymmetry and the Lexicon. *Linguistic Variation Yearbook*, 8, 1-31, 2008.
26. KRATZER, A. Severing the External Argument from its Verb. In: ROORYCK, J.; ZARING, L. (eds). *Phrase Structure and the Lexicon*. Dodrecht: Kluwer Academic Publishers, p. 109-137, 1996.
27. MARANTZ, A. No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon. In: DIMITRADIS, A.; SIEGEL, L. SUREK-CLARK, C.; WILLIAMS (eds.). *Proceedings of the 21<sup>st</sup> Penn Linguistics Colloquium*. Working Papers in Linguistics, Philadelphia, p. 201-225, 1997.
28. MARANTZ, A. 'Words' artigo apresentado em *West Coast Conference on Formal Linguistics*, University of Southern California Los Angeles, 24 february, 2001. Disponível em: <http://web.mit.edu/marantz/Public/EALING/WordsWCCFL.pdf>. Acesso em: 18/04/2009.
29. MARANTZ, Alec. Phases and words. In. CHOE, S. H. et al (orgs.), *Phases in the theory of grammar*. Seoul: Dong In Publisher, 2007. Disponível em: [https://files.nyu.edu/ma988/public/Phase\\_in\\_Words\\_Final.pdf](https://files.nyu.edu/ma988/public/Phase_in_Words_Final.pdf). Acesso em 19/03/2012.
30. Marantz, A. Locality Domains for Contextual Allomorphy across the Interfaces. In: MATUSHANSKY, O.; MARANTZ, A. (eds). *Distributed Morphology Today: Morphemes for Morris Halle*, 2013.
31. MASINI, F. *Complex verb formation in English and Russian*. PhD (Thesis in theoretical linguistics). University of Bologna: Italy, 2002.
32. MINUSSI, R. D. Os nomes compostos do hebraico: uma análise morfossintática. In: *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 259-271 jan.-abr, 2009.
33. MINUSSI, R.D.; BASSANI, I.S. *A favor de conteúdo semântico nas raízes*. Em preparação.
34. MINUSSI, R. D. *Os sabores do nome: um estudo sobre a seleção de argumentos e as nominalizações do hebraico*. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
35. MINUSSI, R. D.; NÓBREGA, V. A. A interface sintaxe-pragmática na formação de palavras: avaliando os pontos de acesso da Enciclopédia na arquitetura da gramática. *Veredas (UFJF)*, v.18/1, 2014.
36. NÓBREGA, V. A. *Tópicos em composição: estrutura, formação e acento*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
37. PFAU, R. *Grammar as process: A Distributed Morphology account of spontaneous speech errors*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009.

38. ROCHA, S. R. *A ocorrência de “coisar” em Língua Portuguesa como contribuição para a hipótese das raízes abstratas*. São Paulo: Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.
39. SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.
40. SIDDIQI, D. *Syntax within the Word: economy, allomorphy, and the argument selection in Distributed Morphology*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009.
41. SVENONIUS, P. Slavic Prefixes inside and outside VP. *Nordlyd*, v 32, n.2, p. 205-253, 2004.
42. VAN BEKKUM, W.; HAMBURGER, H. A contrastive Study of verbal gender in modern Hebrew and modern Russian. *PSiCL*, v. 28, p. 201-222, 1993. Disponível em: <http://ifa.amu.edu.pl/psicl/files/28/13vanBekkum&Hamburger.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2012.
43. VASELINOVA, L. *Suppletion in verb paradigms: bits and pieces of a puzzle*. Stockholm, Sweden: Stockholm University, 2003.

**ABSTRACT:** This paper aims at discussing the following questions regarding the status of the root in a Distributed Morphology approach: (i) Are roots individuated in List 1? and (ii) Can roots select and introduce arguments?. Along the paper, we assume that roots are individuated in List 1, in what regards the first question, however we bring a number of crosslinguistic empirical evidence that reveal that roots are not able to introduce arguments, specially data from Hebrew nominalizations and Brazilian Portuguese complex verbs, against Harley (2014), among others. Such data lead us to the conclusion that roots do not have any prior information regarding argument structure and subcategorization frames. In a theoretical level, we argue that internal arguments are licensed by functional heads, which can be phonologically realized as categorizers, prefixes or particles, for example.

**KEYWORDS:** argument structure; roots; nominalizations; complex verbs.

Artigo recebido no dia 11 de dezembro de 2014.

Artigo aceito para publicação no dia 23 de março de 2015.